

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**SIDNEI DOS SANTOS**

---

---

**ESCOLA: ESPAÇO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?**

---

---

**Campinas – SP  
Abril de 2010**

**SIDNEI DOS SANTOS**

---

**ESCOLA: ESPAÇO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?**

---

**Trabalho de Conclusão de Curso  
(Especialização) apresentado à Coordenação  
de Extensão da Faculdade de Educação  
Física da Universidade Estadual de  
Campinas para obtenção do título de  
Especialista em Atividade Motora Adaptada.**

**Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. José Luís Rodrigues**

**Campinas – SP  
Abril de 2010**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA  
BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

Sa59e	<p>Santos, Sidnei dos. Escola: espaço de inclusão ou exclusão? / Sidnei dos Santos. -- Campinas, SP: [s.n], 2010.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: José Luis Rodrigues. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atividade Motora Adaptada) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.</p> <p style="text-align: center;">1. Escola. 2. Aprendizagem. 3. Diversidade. 4. Inclusão. 5. Exclusão. I. Rodrigues, José Luis. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">dilsa/fef</p>
-------	---

**Título em inglês:** School: area of inclusion or exclusion?

**Palavras-chave em inglês (Keywords):** School; Learning; Diversity; Inclusion; Exclusion.

**Área de Concentração:** Atividade Motora Adaptada.

**Titulação:** Especialista em Atividade Motora Adaptada.

**Data da defesa:** 30/04/2010.

**SIDNEI DOS SANTOS**

---

---

**ESCOLA: ESPAÇO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?**

---

---

**Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) defendido por Sidnei dos Santos e aprovado pela Comissão julgadora em: 30/04/2010.**

**Prof. Dr. José Luiz Rodrigues  
Orientador**

**Campinas – SP  
Abril de 2010**

SANTOS, S. **ESCOLA: ESPAÇO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

## **RESUMO**

---

---

Neste estudo, elaboramos uma análise reflexiva sobre o fenômeno o qual se refere à inclusão/exclusão no âmbito escolar. Buscamos através do presente estudo, utilizando como metodologia a revisão bibliográfica, encontrar argumentações com base no coletivo de autores, capazes de embasar nossa inquietação: A escola é um espaço de inclusão ou exclusão? As evidências denotam que ao longo de sua história o homem convive segundo as influências deterministas do paradigma exclusivista estabelecido conforme padrões que visam uma uniformidade “inconcebível” dentro de um universo heterogêneo. A história de nossa espécie é permeada por momentos de repulsa àqueles que distanciavam-se dos padrões ideários pré-estabelecidos conforme cada época. A marginalização deste ou daqueles alheios a homogeneidade é marcada pela luta dos que vislumbravam que todos têm os mesmos direitos mediante nossa diversidade, conforme reza nossa Constituição. Há um movimento crescente de ações que promulgam o ideal não só da inserção, mas inclusão do sujeito, o qual reconhece que todos devem usufruir em igualdade de condições dos mesmos benefícios segundo suas particularidades, seja na sociedade ou especificamente na escola conforme nossa proposta de investigação. Apesar de dispormos de todo um aparato legislativo (Constituição Brasileira, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Declaração Universal dos Direitos da Criança, Declaração de Salamanca entre outras) percebemos que no cotidiano não há uma ação efetiva a qual garanta a todos, sem qualquer distinção, o exercício pleno de seus direitos, apesar de haver toda uma retórica inclusivista. A escola, alvo de inúmeras críticas, caminha a passos lentos na direção do processo de inclusão de todos, porém ainda utiliza-se de preceitos pouco eficientes e sequer consegue atender satisfatoriamente sua demanda dita normal. Nossas discussões focaram-se também para a Educação Física: Prática originada a partir dos anseios eugênicos do passado, a qual mostrasse hoje como uma forte aliada de disseminação dos ideais inclusivistas. Concluímos ressaltando a necessidade emergencial de ruptura com os ideários eugênicos do passado, convictos de que todos usufruirão em igualdade de oportunidades no ambiente escolar se a escola de hoje for capaz de repensar sua prática e redimensionar suas ações a partir da diversidade humana tendo como ênfase o ser em sua dimensão integral.

**Palavras-Chaves:** Escola; Aprendizagem; Diversidade; Inclusão; Exclusão.

SANTOS, S. **SCHOOL: AREA OF INCLUSION OR EXCLUSION?** 2010. Completion of course work (Specialisation) - Faculty of Physical Education. State University of Campinas, Campinas, 2010.

## **ABSTRACT**

---

---

In this study, we developed an analytical theory of the phenomenon which refers to the inclusion / exclusion in schools. We seek through this study, using the methodology of literature review, find arguments based on the collective of authors, capable of sustaining our concern: The school is a place of inclusion or exclusion? Evidences show that throughout its history the man lives under the influence of deterministic exclusivist paradigm established as standards aimed at uniformity "inconceivable" in a heterogeneous universe. The history of our species is filled with moments of repulsion to those who distanced themselves from the ideologies pre-set standards according to each season. The marginalization of this or those unrelated to homogeneity is marked by the struggle of those who envisioned that all have the same rights under our diversity as our constitution reads. There is a growing movement of actions that not only enact the ideal of inclusion, but inclusion of the subject, which recognizes that everyone should enjoy equality in terms of the same benefits according to their merits, whether in society or specifically in the school according to our research proposal . Despite having an entire legal apparatus (the Brazilian Constitution, Law of Directives and Bases of National Education, the Universal Declaration of the Rights of the Child, the Salamanca Statement and others) realize that everyday there is an effective action which guarantees to all, any distinction, the full exercise of their rights, although there is a whole inclusivist rhetoric. The school, the target of much criticism, walks in slow steps toward the process of inclusion for all, but still uses is inefficient and precepts can not even satisfactorily meet their demand dictates normal. Our discussions also focused for Physical Education: Practice originated from the eugenic anxieties of the past, which showed today as a strong ally of the spread of the ideals inclusivists. We conclude emphasizing the necessity of breaking with the emergency eugenic ideologies of the past, convinced that all will enjoy equal opportunities in the school setting if schools today are able to rethink their practice and adjust their actions from the human diversity with an emphasis on being in its full dimension.

**Keywords:** School, Learning, Diversity, Inclusion, Exclusion.

# SUMÁRIO

---

---

<b>1. Introdução .....</b>	<b>07</b>
<b>2. Vivendo e Aprendendo .....</b>	<b>08</b>
<b>3. Escola: Para todos ou apenas para alguns? .....</b>	<b>11</b>
<b>4. Educação Física: Uma Prática Excludente? .....</b>	<b>15</b>
<b>4. Inclusão: Um Ideal Possível? .....</b>	<b>17</b>
<b>5. Considerações Finais .....</b>	<b>20</b>
<b>6. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>21</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do presente estudo tem como ponto de partida as experiências assimiladas por intermédio da práxis profissional do autor<sup>1</sup>, fator este que norteou a elaboração das discussões presentes neste ensaio reflexivo sobre a escola contemporânea.

Somos sabedores de que ao longo de nossa evolução reforçamos a idéia de seletividade<sup>2</sup> entre nossos pares e a própria história é testemunha desse fato. Batalhas foram travadas entre nações, alguns povos foram escravizados enquanto outros dizimados, indivíduos foram condenados a morte, muitos tiveram sua condição humana ignorada<sup>3</sup>, sendo que o fator preponderante para tal resume-se ao fato deste ou daquele apresentar características alheias que os diferiam de padrões pré-estabelecidos. A idéia de seletividade, conforme citado anteriormente, é antiga<sup>4</sup>, alguns estudos justificaram a referida tese a luz da ciência, tomemos como referência as pesquisas de Darwin e Galton<sup>5</sup>.

Muitos paradigmas foram superados e ao observar a história podemos verificar que inúmeros equívocos ocorreram... Alguns encorajados por nossa ciência míope. Hoje, em tempos de inclusão, a mídia tem um papel decisório no que concebemos por inconsciente coletivo<sup>6</sup>, de forma a conduzir-nos conforme padrões vigentes e tendências. Neste estudo o termo exclusão denotará todos aqueles que fogem aos padrões pré-estabelecidos culturalmente.

---

<sup>1</sup> Graduado em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Especialista em Atividade Motora Adaptada pela Universidade Estadual de Campinas. Atua como Professor de Educação Básica II (Educação Física) na Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Platão em: A República pressupõe que a diferença do gênero humano é inata porque os indivíduos possuem aptidões naturais. E essas aptidões determinam uma desigualdade natural. Os seres humanos não são iguais por natureza, porque nascem com disposições e habilidades diferentes para desenvolverem determinadas atividades. Oliveira (2006, p.72).

<sup>3</sup> “Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.” (Sêneca, Sobre a Ira, I, XV).

<sup>4</sup> Já na Grécia antiga, Platão descrevia em República, a sociedade humana se aperfeiçoando por processos seletivos (sem falar que em Esparta já se praticava a eugenia frente aos recém-nascidos, já que não existiam pré-natais, abortivos eficientes, eutanásia e afins), já conhecidos na época.

<sup>5</sup> Galton foi influenciado pela obra de seu primo Charles Darwin, A Origem das Espécies, onde aparece o conceito de seleção natural. Baseado nele Galton propôs a seleção artificial para o aprimoramento da população humana segundo os critérios considerados melhores à época. Foi também Galton quem lançou as bases da genética humana e cunhou o termo eugenia, para designar a melhoria de uma determinada espécie através da seleção artificial, em sua obra Inquiries into Human Faculty and Its Development (Pesquisas sobre as Faculdades Humanas e seu Desenvolvimento), de 1883. Esta obra foi largamente elogiada em matéria da revista americana "Nature", em 1870.

<sup>6</sup> Segundo o conceito de psicologia analítica criado pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, é a camada mais profunda da psique humana. Ele é constituído pelos materiais que foram herdados da humanidade. É nele que residem os traços funcionais, tais como imagens virtuais, que seriam comuns a todos os seres humanos.

O interesse pela temática justifica-se pelo fato de que diante do gradiente de eventos comportamentais presentes na sociedade a inclusão apresenta-se como um meio o qual possibilita a inserção nos mais variados setores daquele que até outrora vivera as margens das oportunidades sociais. Outro fator que justifica o referido estudo esta presente na mistificação do conceito de inclusão no ambiente escolar e na dificuldade de alunos e mestres em exercerem seus papéis sociais diante exclusão enquanto um fenômeno natural e espontâneo. Diante da pertinência do paradigma exclusivista, nosso enfoque ostenta-se sobre a seguinte problemática: A escola é um espaço de inclusão ou exclusão? Defendemos a hipótese de que há um esforço social em promulgar a inclusão de todos, de superar a exclusão, porém concebemos que nem sempre aquele que está inserido num ambiente, seja este escolar ou não, usufruirá de todos os direitos que lhe cabem enquanto cidadão conforme prega a Constituição Federal Brasileira<sup>7</sup>.

Objetivamos nesse estudo encontrar argumentações fundamentadas, capazes de subsidiar nossos pressupostos a respeito do fenômeno inclusão/exclusão de forma a expandir nossa compreensão diante desta temática no ambiente escolar. Todo embasamento as nossas pressuposições aconteceram através de uma revisão bibliográfica. Nossa discussão inicial foi pautada a partir da compreensão da concepção do que subentende-se por processo de ensino/aprendizagem, analisados sob uma óptica sócio-histórica. Posteriormente apresentado elementos que efetivamente pudesse fundamentar e legitimar a escola de hoje e seu papel na sociedade, frente à diversidade de problemas já explicitados, e a explicitar. Com base nos pressupostos discutidos e nas temáticas anteriores, aprofundamos nossa discussão focando a problemática relacionada ao conceito de inclusão/exclusão no ambiente escolar, seguido das considerações finais.

## **1. VIVENDO E APRENDENDO**

A máxima de que vivemos aprendendo, ora ou outra, mencionada em nosso cotidiano encontra sustentação teórica tanto em Piaget quanto em Vygotsky<sup>8</sup>. Não nascemos prontos, nascemos pré-dispostos a potenciais. Piaget em seus estudos concebe que o homem se desenvolve para aprender, sendo que Vygotsky concebe que aprendemos

---

<sup>7</sup> A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do Ordenamento jurídico.

<sup>8</sup> Ambos os autores são interacionistas e postulam a importância da relação entre indivíduo e ambiente na construção dos processos psicológicos; crêem que o indivíduo é ativo em seu próprio processo de desenvolvimento.

para nos desenvolver. Frente ao campo das especulações, poderíamos conceber tanto um quanto outro postulado, ou um seguido do outro e até mesmo os dois simultaneamente, as possibilidades são inúmeras. O fato é que ambos concebem o ambiente<sup>9</sup>, sendo preponderante no desenvolvimento do indivíduo de forma a definir aquisições ou não de padrões gerais de aprendizagem.

(...) conceitos sócio-construtivistas, sugerem que: “mantida em um estado de isolamento social, a criança não poderá desenvolver as funções sociais superiores. Para isso, ela necessita estabelecer interações sociais com um profissional especializado, estabelecer relações com seus colegas/companheiros”. (SAINT-LAURENT, 1997 p. 68- 69).

Diferentemente de outras espécies que executam comportamentos instintivos, o homem executa comportamentos aprendidos culturalmente. Os animais utilizam-se de operações mentais “simples” visando a resolução de problemas específicos, por meio de sua instintividade. O homem, “protagonista” de sua história, utiliza-se de operações mentais complexas visando à resolução de problemas variados, pois é um ser “diferenciado”, possui uma capacidade cognitiva a qual lhe permite, entre outras funções, pensar a ação, (antes, durante e depois da execução da mesma) sendo capaz de refletir e a buscar uma melhor execução da mesma.

(...) O Homo sapiens é realmente um animal inédito, com muitas características zoológicamente únicas ou extremas. Os humanos atingem seus objetivos por meio de complexas cadeias de comportamento, montadas na hora e de encomenda para a situação. Planejam o comportamento usando modelos cognitivos da estrutura causal do mundo. Aprendem esses modelos no decorrer da vida e os comunicam por meio da linguagem, a qual permite a acumulação de conhecimento em grupo e ao longo das gerações. (PINKER, 1998, p. 201).

Somos seres sociais, vivemos em grupos constituídos por indivíduos que influenciam e são influenciados pelo meio. Diante dos inúmeros papéis sociais e influências<sup>10</sup> ou estímulos, cada qual constituirá segundo sua percepção; traços de personalidade que lhe acompanharão ao longo de sua vida. A família, num primeiro momento, garantirá a sua prole à proteção e o acesso aos subsídios básicos, por meio da aprendizagem informal, capazes de garantirem a resolução de problemas simples, sendo que para tal o fará através de uma rede reguladora de princípios morais e éticos, princípios estes que deverão mediar às relações de convivência com o outro. Num segundo momento, ainda carecendo do suporte familiar, caberá à escola<sup>11</sup> enquanto fomentadora de conhecimento, a função de dar continuidade, por meio de

---

<sup>9</sup> Tudo que percebemos no mundo é de maneira estruturada com um padrão de estímulos onde reagimos e nos adaptamos a essas estimulações externas. Para essa adaptação ao mundo externo, é necessário que o indivíduo perceba as diversas situações de maneira mais clara e diferenciada possível. (LURIA, 1991).

<sup>10</sup> Cada ser humano constrói o conhecimento em interação e de onde os agentes externos só podem provocar mudanças internas em cada organismo determinados por sua própria estrutura. Maturana (1997, p. 04).

<sup>11</sup> A escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sócio-cultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. Mantoan (2003, p.53).

processos variados de aprendizagens, a formação do indivíduo enquanto ser social, subsidiando-o com conhecimento formal e valores de condutas sociais e morais.

(...) Com a entrada na escola a criança passa a viver em dois micro-sistemas (família e escola), ampliando a quantidade de interlocutores, onde a criança será envolta de novos contingentes e a diversidade de exigências do meio social influirá na aquisição e desempenho de habilidades sociais, as quais podem ser explicitadas na capacidade do indivíduo de apresentar êxito nos objetivos de uma situação interpessoal, permitindo a manutenção ou a melhoria de sua relação com os demais. (SILVA, 2006. p.96).

O ser humano, diferentemente de outras espécies nasce desprovido dos subsídios instrumentais necessários à resolução de problemas, apenas “nasce portador” de inúmeras potencialidades, sendo estas desenvolvidas ou não, de forma que tanto família quanto escola têm papéis cruciais nesta longa jornada. Consideramos a interação humana associada a fatores tais como: história de vida, contexto social e estimulações vivenciadas, essenciais ao pleno desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade e conseqüente aquisição dos subsídios necessários à resolução de problemas variados e adequação social. Referente ao desenvolvimento gradual e progressivo da criança, não há dúvidas quanto à importância da família<sup>12</sup> e da escola nessa dinâmica, haja vista as possibilidades de inúmeras estimulações que estas podem oferecer a criança ao longo deste processo de desenvolvimento. Segundo Abreu (1998 p. 133) “(...) a escola é um espaço cultural constituído por redes de relações interpessoais de múltiplos protagonistas a qual engloba processos complexos no âmbito do desenvolvimento da personalidade dos alunos (...)”.

A educação além de um direito<sup>13</sup> previsto por lei<sup>14</sup> é a garantia<sup>15</sup> que possibilitará ao indivíduo o desenvolvimento integral de suas faculdades preparando-o para o exercício da

---

<sup>12</sup> Segundo Morin (1979), a família participa de forma direta na formação das estruturas sociais mais amplas da criança. Não basta, apenas, o fato de se constituir uma relação pai-mãe-filho para que uma família seja constituída.

<sup>13</sup> A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. (7º Princípio da Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU - 1959)

<sup>14</sup> O lançamento da Constituição Federal de 1988 significou um grande avanço em termos educacionais no Brasil, pois respalda e propõe avanços significativos para educação escolar, elege a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art.1º,incisos II e III) como um dos seus objetivos fundamentais: a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação( art. 3º, inciso IV) e também garante o direito a igualdade ( art.5º) e trata no artigo 205 e seguintes , do direito de todos á educação . Esse direito deve visar "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho". Além disso, garante igualdade de condições, e acesso e permanência na escola. (art.206, inciso I).

<sup>15</sup> Somente a Constituição Federal deveria garantir a todos, sem qualquer distinção, o direito a educação, porém em 1996 o Brasil passou a ter uma lei exclusiva para educação que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB DE 1996). A LDB não só garante o acesso e permanência na escola, mas acrescenta que é dever do Estado prover o acesso destes educandos preferencialmente nas escolas públicas. A partir desta interpretação legal é possível notar que estamos vivendo uma nova era educacional.

cidadania<sup>16</sup> e qualificação para o trabalho. O desvinculamento aos meios que fomentam a educação acarretará na marginalização daquele que estará fadado a viver aquém das oportunidades e direitos que lhe fazem jus enquanto cidadão. Segundo Strain e Shores (1983, p. 68) “*a carência de instrução leva a uma falta de aprendizagem, até mesmo de habilidades sociais.*” Diante do exposto conceitual tratado até aqui, resta-nos reafirmar que a escola, é para todos, direito de todos... Questiono: Até que ponto realmente essa escola é para todos?

## **2. ESCOLA: PARA TODOS OU APENAS PARA ALGUNS?**

A escola deveria ser para todos, assim como também deveriam ser saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança entre tantos outros direitos previstos em nossa Constituição. Na prática, diante do não cumprimento as às prescrições legais, percebe-se por parte das autoridades governamentais, que deveriam reger e por parte da massa populacional, que deveria reivindicar e fiscalizar, o emprego de pouca ênfase para fazer cumprir tais preceitos legais. Será que realmente exercitamos nossa cidadania face o “status quo” instalado? Aprendemos, tornamo-nos reflexivos com os saberes vinculados pela escola? Que valores desenvolvemos na escola? Que escola queremos? Que escola é essa?

(...) O que significa educação para todos? O que implicaria a igualdade e oportunidade? Quais as demandas que emergem no processo ensino-aprendizagem? Como a escola tem se organizado para responder essa demanda? Como se dá na prática pedagógica à diversidade em que pais, alunos, comunidade estão participando do projeto político-pedagógico da escola? Enfim, a escola está caminhando para a inclusão social, ou está maquiando uma realidade apenas com objetivo de fugir do fenômeno da exclusão social? (MANTOAN, 2003, p. 25).

O que acontece com o encantamento e a magia de aprender na escola? Afinal, o que é o desencantamento com o aprender na escola? Em seu artigo Caldas e Hübner (2001), de forma romântica, instigam-nos a refletirmos a cerca do referido questionamento. Por que inicialmente, num primeiro instante, a criança é impulsionada a escola e posteriormente, ao longo dos anos, esse sentimento torna-se aversivo? Uma breve reflexão apontará para inúmeras possibilidades capazes de encontrarem respaldo na tentativa de resolução a tais questionamentos.

(...) Vejo tantas crianças e adolescentes “perdidas”, ansiosas, no seu mundo de perguntas inquietações e indagações, um mundo onde eles não se sentem como parte integrante do sistema. São como que pássaros engaiolados, e “pássaros engaiolados são pássaros sob controle”. (ALVES, 2001, p.01).

---

<sup>16</sup> “A escola tem por função educar para a cidadania, para que seus alunos compreendam o seu papel de reivindicar seus direitos e de cumprir seus deveres. Deve incentivar o indivíduo a participar ativamente na busca de soluções para os problemas de sua realidade local” (ALMEIDA, 2005, p. 09).

Podemos buscar justificativas do ponto de vista organizacional das políticas públicas, ou mesmo a forma como as famílias são gerenciadas, a fatores sócio-econômicos, ou ainda a questões de natureza patológicas e/ou distúrbios variados sendo que a lista de possibilidades certamente não encerra-se diante do que fora citado, podendo estender-se diante de novos fatores ou mesmo a combinação destes. Há um verdadeiro “abismo” entre o que idealizamos por escola e o que realmente está representa no bojo da sociedade contemporânea. A mística de que a escola deve estar envereda pelos aspectos de produção de conhecimento vêm na contramão às discussões relacionadas ao fenômeno inclusão/exclusão, ao passo que teóricos e críticos buscam elucidações capazes de nortear tal processo.

(...) a proposta da inclusão defende uma escola que volte o seu olhar para a criança em sua totalidade, respeitando os três níveis de desenvolvimento, o acadêmico, o sócio-emocional e o pessoal, de forma a propiciar à criança uma educação de qualidade. (CORREIA, 1997, p.06).

Cabe-nos ressaltar que há inúmeras discrepâncias ao que se refere ao “real” papel da escola. A escola de ontem, elitista, atendia uma demanda reduzida de privilegiados... A escola de hoje, “para todos”, atende uma demanda maximizada da massa populacional. O que ocorre é que esta não adequou-se para tal desafio: O desafio de modificar-se e mudar a realidade daqueles que adentram seus portões.

(...) A acelerada transformação no contexto social em que se desempenha a educação, faz novas exigências a cada dia. "O sistema educacional, rapidamente massificado nas últimas décadas, ainda não dispõe de uma capacidade de reação para atender às novas demandas sociais. (ZARAGOZA, 1993, p.13).

A instituição escolar, enquanto centro catedrático, fomentador de conhecimento, diante de sua exposição aos mais variados eventos sociais<sup>17</sup>, esta sujeita a influências variadas que por sua vez tendem a determinar de forma significativa à qualidade da educação e relações desenvolvidas em seu interior. Segundo Santos (2004), “(...) a escola pode ser considerada como uma unidade funcional vivencial, uma instituição social com um sistema complexo de comportamentos relacionais (...)”. Diante da variedade de problemas, carentes de aparente resolução, a escola mostra-se pouco eficiente quanto ao emprego de condutas eficazes. Nossa educação vem sofrendo adaptações, ao passo que paradigmas antigos são superados e novos são instaurados. A escola, realmente, sabe lidar com as variáveis que constituem a dinâmica escolar? As salas de aulas se tornaram

---

<sup>17</sup> Tanto o aluno quanto a escola estão propensos as mais variadas influências sociais que os circundam. Ambos se influenciam, sendo influenciados e influenciando outras instâncias sociais, de forma a determinar os mecanismos relacionais da vida em sociedade. (Comunicação pessoal, 24 de Fevereiro de 2010).

verdadeiros depósitos de crianças, produz-se pouco em termos de conhecimento significativo e na contramão produz-se muito em termos de stress e transtornos.

(...) A escola, como qualquer outra instituição, está planificada para que as pessoas sejam todas iguais. Há quem afirme: quanto mais igual, mais fácil de dirigir. A homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadriham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos seus corpos uma atitude de submissão e docilidade. Assim como a escola tem esse poder de dominação que não tolera as diferenças, ela também é recortada por formas de resistência que não se submetem às imposições das normas do dever-ser. Compreender essa situação implica aceitar a escola como um lugar que se expressa numa extrema tensão entre forças antagônicas. (GUIMARÃES, 1996, p.78).

As mazelas que compõe o processo retardatário educacional são inúmeras, a opção por analisar a questão da problemática escolar em discussão neste artigo (inclusão/exclusão) faz-se necessária pelo fato de concebermos à mesma como um objeto de estudo emergencial, haja vista a forma descompromissada como a mesma é gerenciada no contexto escolar<sup>18</sup>. A escola, marginalizada cronicamente, não consegue atender satisfatoriamente os que adentram em seu interior estigmatizado pelas marcas<sup>19</sup> dos que rebelaram-se, dos que revoltaram-se contra esta ou contra o outro. Neste cenário caótico, são poucos os que ainda não se “contaminaram” pela apatia e desinteresse pela causa educacional. O que temos é um modelo de escola o qual atende com pouca eficiência aos anseios e expectativas da demanda. Diante da ausência dos elementos necessários a efetivação do processo significativo de aprendizagem o que ocorre é a banalização da educação vista sob a óptica do caos.

(...) Assim, o insucesso escolar, o abandono da escola, os problemas de disciplina, a rigidez dos currículos, etc., fizeram com que a escola que deveria integrar e acolher todos, fosse ela própria, um instrumento de seleção que, em muitos casos, acentuava as diferenças culturais e de características e capacidades pessoais de que os alunos eram portadores. (RODRIGUES, 2001, p.12).

Diante da problemática escolar há de se levar em consideração o declínio moral do sujeito que outrora ostentara a condição de mestre. Uma parcela significativa e crescente de professores encontra-se num estágio de debilidade profissional, reféns de seu próprio anestesiamiento, frente à cristalização de sua capacidade de reflexão acionária e modificadora. Segundo Tessaro (2005) “*O que encontramos são professores assustados, amedrontados e inseguros.*” Diante da atribuição de mediar conhecimento e vencer os desafios de ser educador, parte dos professores, acabam

---

<sup>18</sup> Há que se pensar nas maneiras de organização, nas regras, nos hábitos instaurados na escola tradicional os quais “não ajudam o esforço do aluno, mas, pelo contrário, criam dificuldades adicionais e desnecessárias. Rodrigues, (2006, p. 13).

<sup>19</sup> Paredes pichadas com inscrições variadas – desde simples comunicações ate marcas de facções criminosas, mesas e cadeiras quebradas, janelas equipadas com grade de proteção, vidros estilhaçados, correntes e cadeados presos as grades para impedir o acesso a determinados lugares, portas quebradas – muitas vezes arrombadas pelos próprios alunos, sujeira no chão ao invés de estar contida em lixeiras, pratos e restos de alimentos jogados pelo pátio escolar após refeição durante o intervalo escolar, agressões de natureza verbal e física entre outros. (Comunicação pessoal, 24 de Fevereiro de 2010).

por não conseguirem gerenciar plenamente o trabalho dirigido à diversidade heterogênea da sala de aula. Torna-se difícil identificar diante da gama de situações-problemas, àquela que necessariamente mereceria um melhor acolhimento ou intervenção. Como acolher ou incluir aquele que não é notado?

Como são e têm sido as escolas? Que nos diz a memória? A imagem: uma casa, várias salas, crianças separadas em grupos chamados 'turmas'. Nas salas os professores ensinam saberes. Toca uma campainha. Terminou o tempo da aula. Os professores saem. Outros entram. Começa uma nova aula. Novos saberes são ensinados. O que é que os professores estão fazendo? (ALVES, 2000, p.01).

A escola utiliza-se com pouca eficiência de processos pedagógico-didáticos, utilizando-se muitas vezes de princípios arcaicos obsoletos sem qualquer respaldo. O que realmente se espera do aluno? O que a sociedade espera da escola? Será que a sociedade "espera" que todas as possíveis implicações, as quais envolvam seus "pequeninos", possam ser resolvidas na escola? A escola não deve iludir-se com qualquer pretensão deste patamar, mas contribuir decisivamente, através de mediações, no "preenchimento" de algumas lacunas, fornecendo "subsídios instrumentais" que por sua vez possam apontar para a melhoria e avanço na qualidade de vida do educando.

Será que realmente enxergamos as potencialidades de nossos alunos? Como nossos alunos percebem o mundo? Como percebemos nossas crianças? Segundo Neira (2003, p. 19), "*a criança deve ser vista sobre uma óptica capaz de suplantar o olhar biológico ou fisiológico: o corpo que corre, cresce e transpira é o mesmo que sente, conhece e se expressa*". Ao término do percurso escolar, apesar de teoricamente estar apta ao prosseguimento dos estudos em outro nível educacional, parte considerável dos educandos, não está suficientemente apta para os desafios sociais além dos muros da escola.

A problemática escolar é complexa e dinâmica ao passo que abriga em seu interior aqueles que são mutáveis e instáveis, não há um padrão definido, o que há são variáveis indefinidas. Morin (2001, p.44), "*afirma que os problemas estão todos amarrados uns aos outros e que a ameaça letal se expande ao invés de diminuir*". Referindo-se a instituição escolar, qual seria a ameaça letal? Seria a incompreensão mútua entre aqueles que deveriam mediar o conhecimento e aqueles que o buscam? É fato que a escola é necessária enquanto elemento formativo daquele que deverá integrar a sociedade enquanto cidadão. Factível também é a problemática a qual implica o aprender e a dinâmica escolar mediante a turbulência de problemas vinculados a instituição escola. Nessa escola promulgada para todos, há espaço para todos?

### 3. EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PRÁTICA EXCLUDENTE?

Enquanto pesquisadores da Educação Física, em especial da área que compreende as atividades motoras adaptadas<sup>20</sup>, cabe-nos no presente artigo, de forma sucinta e esclarecedora, relatar alguns percalços e contribuições da mesma. Hoje, diante da tentativa de se conceber o ser em sua forma holística<sup>21</sup>, há um esforço coletivo para que todos possam usufruir, segundo suas “próprias” expectativas e aptidões, daquilo que subtemos pelo “se movimentar”. O se-movimentar diante do que preconiza a cultura do movimento subteme o sujeito enquanto autor dos seus próprios movimentos, que estão carregados de suas emoções, desejos e possibilidades<sup>22</sup>. Apesar do esforço coletivo daqueles que vislumbram a possibilidade do se movimentar, sem qualquer distinção à todos. Não podemos negar as origens de nossa prática, a qual outrora ostentou princípios eugênicos de seletividade e exclusão.

(...) restringir a proliferação de infra-homens, de semi-alienados e de dementes, pela higiene do corpo e do espírito (...) [além de fazer com que as pessoas fortes, equilibradas, inteligentes e bonitas, tenham um maior número de filhos, para que o número médio destas pessoas (...) se eleve progressivamente. (SOARES,1994, p. 144)

Uma análise histórica aprofundada da educação física focará a ênfase dada ao corpo belo<sup>23</sup> e ao vigor físico em detrimento daqueles que margeavam tais paradigmas. O vigor físico condicionado a alta performance atrelava-se equivocadamente, ao “corpo perfeito”, sem defeito, o que por sua vez restringia à uns poucos o que deveria ser inerente e acessível a

---

<sup>20</sup> A Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais" (Duarte e Werner, 1995, p.9). Segundo Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos. Tomemos ainda como referência sua origem conceitual (Educação Física Adaptada) a qual surgiu na década de 1950 foi definida pela American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance (AAHPERD), segundo tradução de Pedrinelli (1994) como: "Um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos adequados a interesses, capacidades e limitações de estudantes com deficiências que não podem se engajar com participação irrestrita, segura e bem-sucedida em atividades vigorosas de um programa de educação física geral". (PEDRINELLI, 1994, apud COSTA; SOUSA, 2004, p. 29).

<sup>21</sup> Holismo: Teoria sobre a qual o homem é um todo indivisível e que não pode ser explicado pelos seus distintos componentes (físico ou psíquico). Holismo (grego holos, todo) é a idéia de que as propriedades de um sistema, quer se trate de seres humanos ou outros organismos, não podem ser explicadas apenas pela soma de seus componentes. A origem do holismo, enquanto pensamento filosófico, pode ser reconhecido ainda na Antiguidade com os pré-socráticos, especialmente com Heráclito e, posteriormente, com os estoicos e com Platão. Modernamente os ideais holísticos foram desenvolvidos pelos românticos, especialmente por Shelling. A retomada do pensamento holístico no século XX é marcada com a publicação da obra de Jan Smuts "Física das Partículas" e principalmente com a teoria da relatividade de Einstein. (CAPRA, 1999, p.39)

<sup>22</sup> SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio: Documento de Apresentação. São Paulo: SE, 2008.

<sup>23</sup> Culturalmente o homem ao longo de sua trajetória, mediante as influências de cada época e ofuscamento da imagem corporal, oscilou entre padrões estéticos, que estimava-se, serem ideais, muitas vezes em detrimento de sua própria integridade e saúde. Hoje, sob a forte influência e bombardeio de informações da mídia, focamos de forma massificada a ascensão do corpo perfeito, belo, sensual, com características antagônicas ao que deveria ser comum segundo nossa cultura de forma a promover contrastes culturais. (Comunicação pessoal, 24 de Fevereiro de 2010).

todos: Gozar de todos os benefícios que lhe é de direito. A escola<sup>24</sup>, diante do que fora exposto anteriormente, tende a acentuar a manifestação do processo de exclusão. Nas aulas de educação física isto se torna evidente diante do “se movimentar limitado” que tende a distanciar o indivíduo da ênfase imposta pela uniformidade<sup>25</sup> ou superação desta. A ênfase a uniformidade, impregnada pelos ideários<sup>26</sup> de cada época<sup>27</sup>, tende a encontrar sustentação no inconsciente coletivo da massa, mediante a influência dos meios de comunicação ou mesmo diante das ações do “educador” que promulgue a defesa desta.

(...) No âmbito escolar, os procedimentos adotados pelo professor estão freqüentemente atrelados à valorização excessiva do gesto técnico e dos conteúdos esportivos, o que conseqüentemente estabelece uma certa seleção dos mais aptos em detrimento dos inaptos, causando uma certa dificuldade de participação e até a exclusão de muitos alunos das aulas de educação física. (GORGATTI, 2005, p.18)

Concebemos que a educação física<sup>28</sup> deve partir dos pressupostos de respeito à individualidade<sup>29</sup> do aluno, da não padronização de movimentos e da busca de expressividade. Deverá conceber o indivíduo em sua totalidade, devendo contemplar e acolher a todos, cada qual de acordo com suas particularidades<sup>30</sup>. O movimento humano é imprescindível ao homem, como elemento de desenvolvimento potencial. A educação física escolar<sup>31</sup>, neste atual momento da história, provavelmente seja uma forte aliada às demais disciplinas escolares. O profissional de educação física, profissional do movimento, tem o fator motivacional enquanto aliado ao desenvolvimento de suas aulas. As aulas de educação física repercutem o momento mais esperado pelos alunos, justamente pelo fato de propiciar o que

---

<sup>24</sup> Na escola, "pressupõe, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente" (Edler Carvalho, 1998, p.170).

<sup>25</sup> Esses métodos ginásticos, quando colocados em prática pelo instrutor (professor), tratavam todos os participantes das sessões de forma igual (homogênea), estereotipada, com a mesma intensidade, tendo os alunos que repetir os gestos mecânicos dele, desconsiderando as diferenças e necessidades de cada um. “O processo de ensino das lições de Educação Física exigia do instrutor a exposição oral e demonstração minuciosa e da classe, imitação precisa” (FERREIRA NETO, 1999, p. 63-64). Portanto, não havia espaço-tempo para acolher as diferenças.

<sup>26</sup> A Ed. Física, como componente curricular na obra de Azevedo, pressupõe que: a) todo escolar, antes de se envolver com tal prática, deve ser examinado por um médico; b) em caso de defeito físico, o escolar deve ser proibido de praticá-la. (Ferreira Neto, 1999, p. 122)

<sup>27</sup> Formulações votadas no Congresso Internacional de Educação Física, em Paris, em 1913: 1º - Antes de serem submetidos à educação física todos os meninos e meninas serão examinados pelo médico-inspetor, que os classificará em normais e retardados; 2º - Os meninos normais (ou por outra parte, os regulares físicos) serão confiados ao educador físico sob a vigilância efetiva do médico-inspetor; 3º - Entre os retardados, aqueles aos quais for recomendável um tratamento cinésico, serão confiados ao médico especialista cinesio-terapeuta. (SOARES, 1994, p. 155).

<sup>28</sup> (...) A educação física, enquanto proposta educacional, abrangerá o ser total, o homem como um todo, já que o ato motor não ocorre isoladamente, pois, o movimento só adquire significado dentro de um contexto. (NEIRA, 2003, p. 123).

<sup>29</sup> Uma proposta para a Ed. Física deve respeitar a diversidade humana em qualquer de suas expressões: gênero, biótipo, cor, raça, deficiência, etnia, sexualidade, aceitando e elegendo as diferenças individuais como fator de enriquecimento cultural. (LANDIM, 2003)

<sup>30</sup> Segundo os PCN's Adaptações Curriculares: Estratégia para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais (1999), Consistem em adaptações individuais dentro da programação regular, considerando se os objetivos, conteúdos e os critérios de avaliação para responder às necessidades de cada aluno. São exemplos de estratégias adaptativas: Adequar os objetivos, conteúdos critérios de avaliação, o que implica modificar os objetivos, considerando as condições do aluno em relação aos demais colegas.

<sup>31</sup> A Ed. física pode, com rigor e investimento, ser efetivamente uma “área-chave” para tornar a educação muito mais inclusiva, pode ser um campo privilegiado de experimentação, inovação e melhoria da qualidade pedagógica na escola. BEYER (2003, p.97)

lhes é inerente: O se movimentar. Segundo Pedrinelli (1994, p. 69), *"todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor"*.

Uma proposta<sup>32</sup> de educação física escolar comprometida com o real desenvolvimento dos discentes deverá ter como enfoque<sup>33</sup>, além dos preceitos de conhecimentos gerais e específicos, um compromisso com que o subentendemos por inclusão<sup>34</sup>. Faz-se necessário que o profissional de educação física escolar, assim como os demais educadores, consiga construir pontes de mediação capazes de estimularem a possibilidade de reflexão do aluno/cidadão.

#### **4. INCLUSÃO: UM IDEAL POSSÍVEL?**

Sempre haverá espaço para todos... Todos sempre podem ser inseridos... A questão é: Além da inserção, todos realmente, serão incluídos? Há o intuito de que todos sejam incluídos? Todos são notados com ênfase em suas particularidades mediante a diversidade heterogênea escolar? Com base no conceito de escola e políticas públicas desenvolvidas, há um longo trajeto para fazer-se cumprir o preceito de escola para todos, de inclusão<sup>35</sup> e não apenas inserção deste ou daquele.

(...) "juntar crianças em uma sala de aula não lhes garante ensino, não lhes garante escola cumprindo seu papel, não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garante desenvolvimento." (PADILHA, 2004, p. 96).

A escola mostra-se pouco eficiente ao que se refere à demanda atual de alunos, em especial aos grupos com necessidades especiais<sup>36</sup>. Ocorre, de forma indiscriminada, que parte dos alunos é contemplada pela referida instituição, enquanto os demais são deixados a sua própria sorte. A inclusão<sup>37</sup> de que falamos, independe neste

---

<sup>32</sup> Uma proposta pedagógica não pode estar nem aquém nem além do nível de desenvolvimento da criança. Uma boa proposta, que facilite esse desenvolvimento, é aquela em que a criança vacile diante das dificuldades, mas se sinta motivada, com seus recursos atuais, a superá-las, garantindo as estruturas necessárias para níveis mais elevados de conhecimento. (FREIRE, 1989, p. 114)

<sup>33</sup> Pode-se destacar que a educação física na escola pode e deve ser dirigida a todos os alunos, sem discriminação, articulando o aprender a fazer, o saber por que está fazendo e como relacionar-se neste fazer, explicitando assim as dimensões dos conteúdos. Além disso, deve atentar para os problemas da sociedade atual, sem, contudo, perder de vista seu foco de integrar o cidadão na esfera da cultura corporal. (DARIDO, RANGEL, BETTI, RAMOS, GALVÃO, FERREIRA, MOTA E SILVA, RODRIGUES, SANCHES, PONTES & CUNHA, 2001).

<sup>34</sup> (...) são fundamentos para uma Educação Física Inclusiva: Interesse pelo ser desejante (aluno); Respeito ao potencial do aluno; Aceitação deste aluno (limitação e potencialidades) Mediação entre este e a busca de solução de problemas; Acreditar na capacidade de cada aluno para aprender; Crença em que grandes metas podem ser alcançadas por pequenos e constantes passos; Assunção de sua responsabilidade em prover suportes com relação às necessidades de seu alunado. (RODRIGUES, 2006, p. 07)

<sup>35</sup> Participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de idéias, sentimentos e ações. (PEDRINELLI, 2002, p.54)

<sup>36</sup> Algumas crianças são chamadas de "especiais" apenas porque o sistema educacional até então não foi capaz de responder às suas necessidades. Para o autor, a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinar aquelas que estão atualmente excluídas por qualquer razão. MITTLER (2003 p. 32)).

<sup>37</sup> O termo "inclusão" é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência.

momento, deste ou daquele<sup>38</sup> possuir alguma deficiência<sup>39</sup>. Não manifestamos neste estudo, interesse em discutir com profundidade a questão da pessoa com deficiência e inclusão da mesma; preferimos de forma abrangente questionar o processo de integração e inclusão reconhecendo que somos todos diferentes<sup>40</sup>. Reconhecendo que antigos paradigmas precisam ser superados e que cada qual dispõe de necessidades individuais, segundo suas particularidades, em função de suas realizações incomuns e variadas. O rompimento com os paradigmas do passado somente será efetivado ao passo que formos capazes de compreender a verdadeira essência do que subentende-se por inclusão<sup>41</sup>, conforme a *Declaração de Salamanca*. Seus parágrafos evidenciam que a educação inclusiva não se refere apenas aos deficientes, mas, sim, a todas as pessoas com necessidades educacionais especiais em caráter temporário, intermitente ou permanente. Conforme também aponta (SASSAKI, 1997).

Concebemos que a escola caminha a lentos passos na direção do ideal inclusivista: a qualificação dos professores não corresponde necessariamente aos problemas que estes enfrentarão na dinâmica escolar diante da diversidade de alunos. A estrutura escolar não atende aos princípios que norteiam os padrões pedagógicos que favorecem a aprendizagem. A escola carece de uma equipe multidisciplinar<sup>42</sup> de profissionais capazes de mediar, juntamente com os professores, aspectos relacionados à complexidade humana e diversa que constitui cada aluno, há ausência de mecanismos que façam valer às políticas públicas voltadas a questão da inclusão.

(...) é necessária ser repensada com urgência essa figura anacrônica do “especialista em educação. Se concebermos o platô educativo como uma área aberta, temos muito mais a ganhar em termos de criatividade e potencialidades com múltiplas abordagens transversais com profissionais das mais diversas áreas contribuindo para pensar e construir a educação. O educador não pode mais ser concebido como esse especialista em generalidades. Talvez, possamos ensaiar a necessidade de que todos nós, das mais diversas áreas, debruçemo-nos sobre a problemática da educação” (SAVIANI, 1989, p. 115).

---

<sup>38</sup> Normalidade exprime-se por sua sincronicidade histórica, regional, social, etc. Exprime-se por interesses e por atos excludentes. Considerar-se normal é considerar a existência de outros, cujos atributos diferem dos que você elegeu para a normalidade, ao fazê-lo, promoveu a exclusão dos que desses atributos não partilham, ou apenas não são considerados capazes de partilhar. Lima (2006, p.61).

<sup>39</sup> Normalidade exprime-se por sua sincronicidade histórica, regional, social, etc. Exprime-se por interesses e por atos excludentes. Considerar-se normal é considerar a existência de outros, cujos atributos diferem dos que você elegeu para a normalidade, ao fazê-lo, promoveu a exclusão dos que desses atributos não partilham, ou apenas não são considerados capazes de partilhar. Lima (2006, p.61)

<sup>40</sup> Nós somos todos diferentes e a maneira como se reproduzem os seres vivos é programada para que o sejamos, é por isso que o homem teve a necessidade, um dia, de fabricar o conceito de igualdade. Se nós fossemos todos idênticos, como uma população de bactérias, a idéia de igualdade seria perfeitamente inútil. (FREIRE, 1992, p.98).

<sup>41</sup> (...) reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à escola para todos, um lugar que inclua todos os alunos, celebre e diferencie, após a aprendizagem e responda às necessidades individuais. E a escola deve caminhar em busca de um espaço educacional que atenda a todos no contato com a diversidade que os programas educacionais devem dar acesso a todos à escola regular, que deve acomodar os alunos em uma pedagogia centrada no sujeito, capaz de satisfazer às suas necessidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.10).

<sup>42</sup> Grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipa assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e seus resultados” (ZURRO ,FERREROX e BAS,1991, p. 29).

Nossa prática educativa vigente ostenta-se sob os pilares da homogeneidade, apesar dos discursos soarem a favor de uma suposta heterogeneidade. Concebe-se que a aplicação de princípios educativos destinados a turmas homogêneas tendem de forma significativa a apresentar resultados satisfatoriamente relevantes. Quando na verdade, cada qual, mediante a necessidade de assimilação de um conceito o fará segundo suas próprias condições, as quais independem do outro justamente pela questão da individualidade. Há muita resistência, por parte dos educadores, àqueles que fogem aos padrões que poderiam estreitar a uniformidade do grupo discente.

(...) “a escola não acredita na capacidade de aprender de todo ser humano e se julga competente para apontar de forma arbitrária, preconceituosa e equivocada aqueles que ‘podem’ aprender.” (KRUPPA, 2001 p. 28).

Diante desse fato, a exclusão ocorre, inicialmente, por intermédio daquele que deveria conduzir o discente, segundo os princípios que regem a Pedagogia<sup>43</sup>, aos saberes necessários a sua formação integral enquanto cidadão. Ocorre de forma deliberada e discriminativa a realocação de grupos de alunos visando à adequação de turmas que se aproximem de uma conotação capaz de abranger um perfil de homogeneidade. Em busca desta máxima idealizada, por intermédio de pedagogias arcaicas, princípios subjetivos e afetivos são ignorados ocorrendo o desrespeito a diversidade inerente à espécie humana.

(...) A inclusão considera a inserção de alunos por meio de outro ângulo, isto é, aquele que reconhece a existência de inúmeras diferenças (pessoais, lingüísticas, culturais, sociais etc.), e, ao reconhecê-las, mostra a necessidade de mudança do sistema educacional que, na realidade, não se encontra preparado. (BUENO, 1994, p.15).

O ensino inclusivo é focado ao ser integral, independente da clientela a que se destina, deve procurar em sua essência atender adequadamente às necessidades básicas daquele que busca o conhecimento. Conforme Rodrigues (2006) a inclusão deve ater-se a fatores que vão além daquilo que supõem-se que o indivíduo seja capaz de realizar ou não, o foco centra-se naquilo que o indivíduo precisa, nas necessidades deste. Há de se pensar em um novo conceito da inclusão, na qual “*se propõe uma escola de qualidade para todos, incondicional e não adjetivada, aberta à diversidade humana.*” (OLIVEIRA, 2003, p.34). A conquista de um sistema educacional inclusivo iniciar-se-á à medida que compreendermos que todos, sem qualquer distinção, são capazes de aprender ao passo que suas particularidades são respeitadas. Cada qual aprende de uma forma, cada qual sente, percebe o mundo conforme suas próprias aspirações e peculiaridades.

---

<sup>43</sup> A palavra Pedagogia tem origem na Grécia antiga, paidós (criança) e agogé (condução). A Pedagogia é a ciência ou disciplina cujo objetivo é a reflexão, ordenação, a sistematização e a crítica do processo educativo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento carece que os vários setores da sociedade unam forças, talvez essa proposta soe como uma forma romântica ou para os pessimistas como algo utópico, mas há de se fazer algo. Não podemos mais continuar de braços cruzados ou travando batalhas individuais. Medidas macro-sociais devem ser instauradas. O momento exige que suplantemos o individualismo e trabalhemos coletivamente.

A escola enquanto centro catedrático de fomentação do conhecimento deve repensar sua estrutura, destituir-se de burocracias do passado e buscar princípios, por meio de “novas pedagogias”, capazes de reorganizarem as grades curriculares, tendo como ênfase à formação humana dos professores e o atendimento as necessidades básicas do educando. Há de se estabelecer um vínculo proximal de trocas com a comunidade, de forma a estreitar a relação família-escola. As práticas pedagógicas unilaterais, tão utilizadas hoje, precisam sucumbir ao que subentende-se por preceitos democráticos de forma a propor-se uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível. Conforme Vasconcelos, (2004) a ação do educador, enquanto instrumento teórico-metodológico dar-se-á de forma sistemática e não definitiva através de um processo participativo de planejamento.

Vale ressaltar que parte da dificuldade da escola em lidar com a diversidade no ambiente escolar, além de contar com a falta de recursos do Estado, esta proporcionalmente ligada à formação deficitária do docente. Diante desse fato evidencia-se a necessidade de investimento na formação contínua e progressiva do Educador: Aquele a quem será “destinada”, segundo os princípios que regem a Pedagogia, a missão de conduzir o educando as veredas que o norteiam aos saberes para a vida.

Faz-se necessário que o educador consiga de forma integral, sem qualquer distinção, construir pontes de mediação ao conhecimento. Não lhe cabendo a pretensão de restringir seus esforços, de forma unilateral, a grupos específicos. Caberá ao educador, mediante as diversidades, fomentar um ambiente capaz de acolher a todos, caberá ao mesmo mediar caminhos que possam conduzir o educando, segundo seus anseios, a universos variados de possibilidades e conquistas em diversos campos. Melo (1998) salienta que diante do exercício profissional, caberá ao professor desenvolver mecanismos capazes de propiciarem o aperfeiçoarem de suas práticas pedagógicas.

Referente à Educação Física, enquanto área de conhecimento que dissemina a inclusão trazendo-a ao status do plano das possibilidades: Esperamos que

esta colabore frente as demais áreas do conhecimento servindo como objeto de inspiração e até fomentação de conhecimentos diversos. É fato que outrora esta colaborou, de forma equivocada e tendenciosa aos ideários eugênicos do passado promovendo a exclusão em massa daqueles que não atendiam aos modelos pré-concebidos da época. Hoje, conforme as tendências das novas pedagogias, mediante a diversidade humana e o aprender enquanto elemento mutável; dispomos de uma educação física que pretende em sua essência atender aos anseios daquele busca saberes diversos, através de práticas que se adaptem as reais possibilidades de assimilação e execução de cada qual, tendo como ênfase o ser em sua dimensão integral. Brandão (1986) sugere que a educação, a qual serve os sistemas, pode tanto servir de instrumento o qual sirva de reprodução das desigualdades quanto um instrumento capaz de disseminar igualdade e liberdade entre os homens.

Repensar, re-significar, transformar são verbos que sugerem o ideal que almejamos para o modelo de educação inclusiva capaz de romper com a segregação e atender satisfatoriamente todos que adentram aos portões da escola. O ideal de escola inclusiva, embora contestado por algumas correntes, se fará presente no inconsciente coletivo das massas, ao passo que formos capazes de refletir, reconhecer e respeitar as diferenças num ambiente de igualdade de direitos. Conforme Mantoan (1997) o processo de inclusão supõem mudanças de atitudes daqueles que mediam o conhecimento e rompimento com as práticas conservadoras em prol de uma educação que vise atender as necessidades de todos. Esperamos, diante de tudo que foi exposto, que um dia nossa protagonista, a escola, seja capaz de avançar no plano das ações transformadoras, incluindo em sua dinâmica funcional, expressa pelo projeto político pedagógico, os elementos necessários ao pleno desenvolvimento dos discentes, tendo como enfoque a construção de uma sociedade capaz de respeitar e conviver com diversidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, M. V. **Cinco ensaios sobre a motivação**. Coimbra: Almedina, 1998.

ALMEIDA, A. J. M. **A formação da consciência ambiental e a escola**. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v. 15, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br>>. Acesso em: 17 fevereiro 2007.

ALVES, R. **A Escola da Ponte**. *Correio Popular*, Caderno C, 04/06/2000.

ALVES, R. **Gaiolas e Asas**. Folha de São Paulo, 08/12/2001.

BEYER, H.O. **A proposta da educação inclusiva: contribuições da abordagem Vygotskiana e da experiência alemã**. Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, v.9, n.2, p.163-180, 2003.

RANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense. 1986. (Coleção Primeiros Passos: 20).

BUENO, J. G. S. **A educação do deficiente auditivo no Brasil**. In: BRASIL/MEC/SEESP. **Tendências e desafios da educação especial**, 1994. p.35-49.

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales**. Malaga : Ediciones Aljibe, 1995.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1999.

CALDAS, R. F. L. HÜBNER, M. M. **C. O desencantamento com o aprender na escola: o que dizem professores e alunos**. Psicologia: Teoria e Prática. 2001.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1999.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988**. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988\\_10.08.2005/index.htm](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_10.08.2005/index.htm)

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.

**DECLARAÇÃO Universal dos Direitos da Criança**. ONU, 1959. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/dca/dircria.htm> em 05/07/2005

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. **Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.

DARIDO, S.C.; RANGEL-BETTI, I.C.; RAMOS, G.N.S.; GALVÃO, Z.; FERREIRA, L.A.; MOTA e SILVA, E.V.; RODRIGUES, L.H.; SANCHES, L.; PONTES, G.; CUNHA, F. **A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais.** Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, v.15, n.1, p.17-32, 2001.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências.** In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.

EDLER CARVALHO, R. **Temas em Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.

FERREIRA NETO, A. **A pedagogia no exército e na escola: A educação física brasileira (1880-1950).** Aracruz, ES: FACHA, 1999.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física.** São Paulo: Scipione, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1992.

GORGATTI, M. G. **Educação física escolar e inclusão: Uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores.** 2005. Tese de Doutorado - Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2005

GUIMARÃES, A. M. **A dinâmica da violência escolar: Conflito e ambigüidade.** Campinas: Autores Associados, 1996.

KRUPPA, S. M. P. **As linguagens da cidadania.** Em S. Silva, & M. Vizim (Orgs.), **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados** (pp. 13-39). Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB. 2001.

LIMA, F. J. **Ética e Inclusão: o estatus da diferença.** In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. et. al. [orgs.]. **Inclusão: Compartilhando Saberes.** Petrópolis: ed. Vozes, 2006, pág. 54-66.

LURIA, A. R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Icone, 1991.

MANTOAN, M. T. É. **A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATURANA, H. **Emociones y lenguaje en educación y política.** Santiago de Chile: Dólmén, 1997.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: Contextos sociais.** Porto Alegre: ArtMed, 2003.

- MORIN, Edgar. **O enigma do homem, para uma nova antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília: Cortez, UNESCO, 2001.
- NEIRA, M. G. **Educação física: desenvolvendo competências**. São Paulo: Phorte, 2003.
- OLIVEIRA, C. **Todos na escola!** Sentidos, São Paulo, v.2, n.17, 2003.
- OLIVEIRA, I. A. **A questão ética frente às diferenças: a problemática da ética da diferença e da exclusão social: um olhar dusseliano**. In: Inclusão compartilhando saberes, Petrópolis – Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2006.
- PADILHA, A. M. **O que fazer para não excluir**. Davi, Hilda, Diogo... In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A.L. F. (orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- PEDRINELLI, V.J, **Possibilidades na diferença: o processo de inclusão, de todos nós**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Revista Integração. Ano 14, Edição Especial, 2002.
- PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia**. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.
- PINKER, S. **Como a mente funciona**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- RODRIGUES, D. **A Educação e a Diferença**” in David Rodrigues (Org. ) *Educação e Diferença*”, Porto Editora, Porto. 2001.
- RODRIGUES, J. L.; SILVA, R. F.; ARAÚJO, P. F. **As relações possíveis entre a Educação Física e a inclusão**. Educação Central Brasileira: Quebrando as barreiras da Inclusão, Departamento de Educação da União Central Brasileira, 2006.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Proposta Curricular Do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental Ciclo II E Ensino Médio: Documento de Apresentação**. São Paulo: SE, 2008.
- SAINT-LAURENT, L. **A educação de alunos com necessidades especiais**. In M. T. E. Mantoan (Org.), A integração de pessoas com deficiência: uma contribuição para uma reflexão sobre o tema (pp. 67-76). São Paulo: Memnon, SENAC. 1997.
- SANTOS, M.R. **Violência (s) na escola**. Vol. 36. 2004: 163 – 174
- SASSAKI, R. K. **Construindo uma Sociedade para Todos**. Ed. WVA, Rio de Janeiro, 174, 1997.
- SAVIANI, D. **Política e Educação no Brasil**. São Paulo, Cortez autores associados, 1989.

SILVA, D. R. **Agressividade em crianças: Um estudo em contexto educacional pré-escolar**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 2006.

SOARES, C. L. **Educação Física: Raízes européias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994. (Coleção educação contemporânea).

STRAIN, P. S., & SHORES, R. E. **A reply to “misguided mainstreaming”**. *Exceptional Children*.1983.

TESSARO, N. S. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VASCONCELOS. C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. 12. ed. São Paulo: Liberta Editora, 2004.

ZARAGOZA, J. E. M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. EDUSC. Bauru, SP. 1994

ZURRO, A. M., FERREROX, P., BAS, C. S. **A equipe de cuidados de saúde primários: Manual de cuidados primários**, Lisboa, Farmapress Edições, 1991.